

## Cronologia do afastamento de Eduardo Campos (PSB) da esfera política do petismo (2011-2013)

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME\*

**Resumo:** Este artigo apresenta uma narrativa cronológica do gradual afastamento do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de seu líder Eduardo Campos da esfera de influência do Partido dos Trabalhadores do governo da presidenta Dilma Rousseff. A perspectiva de trabalho é que governo se caracteriza pelo declínio da liderança política do PT sobre o presidencialismo de coalizão. Assim, o PSB e Campos iniciaram movimentações de afastamento do petismo, em busca de melhores posições no campo político para a eleição presidencial de 2014. A fonte deste artigo é o jornal *O Estado de S. Paulo*.

**Palavras-chave:** Eduardo Campos; PSB; PT e Dilma Rousseff.

### The chronology of the removal of Eduardo Campos (PSB) from the PT political sphere (2011-2013)

**Abstract:** This article presents a chronological narrative of the gradual removal of the Brazilian Socialist Party (PSB) and its leader Eduardo Campos from the sphere of influence of the Workers' Party under President Dilma Rousseff. The working hypothesis is that government is characterized by the decline of PT's political policy on coalition presidentialism. Thus, the PSB and Campos started to move away from petism, in search of better positions in the political sphere for the 2014 presidential election. One of the sources presents in this article is the newspaper *O Estado de S. Paulo*.

**Key words:** Eduardo Campos; PSB; PT and Dilma Rousseff.



\* CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME é professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

## Introdução

Historiadores e politólogos têm se dedicado a explicar a crise do presidencialismo de coalizão brasileiro (ABRANCHES, 2018) (NOBRE, 2013), que levou ao crescente sentimento antipolítico em parte da população, descrédito à democracia, deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT) e culminou na eleição de Jair Bolsonaro (sem partido)<sup>1</sup>, a partir de uma retórica da “nova política”. Se, até a eleição presidencial de 2010, o sistema político nascido da Constituição Federal de 1988 parecia perto da consolidação, pouquíssimos anos depois, Luis Felipe Miguel (2019), argumenta que ele entrou em colapso.

Em recente trabalho sobre o tema, Luis Felipe Miguel (2019) reforça que a explicação não se resume a um único item, mas perpassa várias esferas, do político ao econômico, do social ao religioso, do midiático ao internacional. Em resumo, diz Miguel que “no Brasil a democracia ‘desconsolidou-se’ no momento em que grupos-chave concluíram que o jogo eleitoral não lhes valia mais” (2019, p. 19). Como contribuição ao debate, este artigo foca nas movimentações políticas do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e seu líder: o então governador Eduardo Campos, de Pernambuco. Não se argumenta aqui que o PSB e Campos tivessem interesses golpistas ou antidemocráticos, mas sim que o seu lento e gradual afastamento da área de influência do petismo é mais um importante elemento para entender e explicar a deposição da presidenta Dilma.

Trabalho em diálogo com a perspectiva de que, em seu primeiro governo, a

<sup>1</sup> Eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), pediu desfiliação em novembro de 2019.

presidenta Dilma teve dificuldade para lidar com o campo político. Sem a presença diária do experiente ex-presidente Lula, Dilma teve mais atribulações ao dirigir o presidencialismo de coalizão por ela herdado e estabeleceu uma imagem pública de confronto com o fisiologismo congressional (NOBRE, 2013). Ao promover uma midiática “faxina republicana”, demitindo ministros e assessores acusados de improbidade<sup>2</sup>, e com a economia em alta na primeira metade de seu governo<sup>3</sup>, Dilma colheu popularidade, mas também adversários e o enfraquecimento gradual de sua base congressional (SINGER, 2018).

Como mostra André Singer (2018), o PMDB liderado pelo deputado Eduardo Cunha, foi o grande líder opositor dentro da base congressional da presidenta e porta-voz das insatisfações dos demais partidos de centro-direita. Em várias oportunidades, o rompimento oficial pareceu iminente. Mesmo entre os partidos à esquerda, históricos aliados do petismo, havia descontentamentos. O PDT não gostou da demissão de seu presidente nacional no Ministério do Trabalho. O PCdoB também teve seu ministro do Esporte demitido. Já o PSB de Eduardo Campos, viu na conjuntura uma oportunidade eleitoral e passou a gradativamente se afastar do governo em busca de melhores posições políticas para a eleição presidencial.

O petismo ainda teve uma sobrevida eleitoral em 2012 e 2014, que se mostrou efêmera e pouco contundente. Toda essa movimentação dos partidos

<sup>2</sup> Foram 6 ministros demitidos no primeiro ano de governo, após denúncias por suspeitas de improbidade.

<sup>3</sup> Apesar dos indicadores econômicos já apontarem para uma estagnação econômica (CARVALHO, 2018).

políticos teve resultado parcial: o PT perdeu sua liderança sobre o presidencialismo de coalizão e foi estigmatizado na sociedade, mas houve o efeito colateral de uma grande crise de hegemonia entre 2014 e 2018 que acabou engolindo muitos dos atores políticos que lideraram estes movimentos. O resultado, em 2018, foi a ascensão à presidência de um político do baixo-clero, grande renovação congressual, ascensão de partidos então nanicos e grande queda na participação dos partidos tradicionais no Congresso.

Assim, o objetivo deste artigo é, em diálogo com a bibliografia, descrever cronologicamente o progressivo afastamento do PSB e de seu presidente Eduardo Campos do governo Dilma e da órbita de influência política do PT. O recorte temporal é entre 2011, primeiro ano do governo Dilma, até o final de 2013, quando o PSB entregou os cargos no governo, filiou a também pré-candidata Marina Silva e Campos assumiu publicamente a postura de candidato presidencial.

Para tanto, utilizo como fonte o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*)<sup>4</sup>. A justificativa pela escolha está no fato de ser o periódico de maior retórica antipetista e a seus governos, como aponta pesquisa de Fernando Azevedo (AZEVEDO, 2017). Embora a imprensa não seja um ator desinteressado na luta política e, por isso, faça uma diária seleção ideologizada do que levar ao seu leitor (GUILHERME, 2018), é inegável

que ela é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003, p. 196-197). Uma vez que o tema central deste artigo é a política, Tania de Lucca reforça que “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011, p. 128).

Este artigo pensa a política como explica René Rémond, “a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder” (2003, p. 444). O jogo político não segue um desenvolvimento linear, mas é feito de constantes acidentes e rupturas, às vezes inesperadas, que, quando resultam em crises de liderança, “modificam irremediavelmente o curso das coisas” (RÉMOND, 2003, p. 449). Para o enfrentamento da temática aqui levantada, o conceito de “campo político” de Pierre Bourdieu é estimulante por nos permitir pensar a política como um microcosmo relativamente autônomo possuir leis, princípios, regras de funcionamento e avaliações internas próprias. Embora as movimentações políticas sejam impulsionadas por diversos fatores, Bourdieu enfatiza que “seria um erro subestimar a autonomia e a eficácia específica de tudo o que acontece no campo político” (2011b, p. 175). Assim, este conceito ajuda na compreensão sobre as movimentações políticas de Eduardo Campos e do PSB, em afastamento do petismo, na busca de melhor posição dentro do campo político com vista às eleições presidenciais de 2014, pois como

<sup>4</sup> A escolha do periódico se justifica pela experiência deste historiador no trato com ele sobre outros recortes (GUILHERME, 2018). Por conta da limitação de espaço, apenas um periódico da grande imprensa é analisado, o que em si não depõe contra o trabalho, uma vez que nos permite um olhar mais vertical e detalhado sobre o tema.

escreveu Bourdieu: “uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não têm outra função que a de reproduzir o aparelho e reproduzir os políticos” (2011a, p. 205).

### O PSB na órbita do petismo (1985-2011)

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) gravitou sob a liderança do PT no campo da esquerda partidária. Refundado em 1985, o partido costumava aderir aos candidatos do PT nas eleições presidenciais, salvo duas exceções pontuais. Na eleição presidencial de 1989, o PSB filiou e indicou a vice o senador José Paulo Bisol na chapa de Lula da Silva. Nas eleições seguintes, em 1994 e 1998, o partido fez parte das coligações majoritárias que tinham Lula à frente.

No contexto da eleição de 2002, com possibilidades abertas na sucessão do impopular presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o PSB abriu-se ao projeto político do governador carioca Antony Garotinho. Seu ingresso no partido foi polêmico e resultou em desfiliações de nomes históricos na sigla<sup>5</sup>. Foi a primeira vez que o partido teve candidato próprio à presidência. Polêmico, ligado aos setores evangélicos e acusado de improbidades, Garotinho não contou com adesão integral dos diretórios regionais do partido, que preferiam repetir o apoio a Lula.

Apesar da boa votação no 1º turno (17,86%), a vitória de Lula da Silva restringiu o espaço de Garotinho no partido, que saiu em agosto de 2003. O PSB optou por ingressar na base do governo Lula desde o início, e contou

<sup>5</sup> Como o senador Saturnino Braga (RJ) e o prefeito de Belo Horizonte (MG), Célio de Castro. Ambos se filiaram ao PT.

com o professor Roberto Amaral, figura histórica e vice-presidente da sigla, nomeado Ministro da Ciência e Tecnologia. É com a morte do histórico socialista Miguel Arraes que o PSB passa a ser presidido por Eduardo Campos, seu neto, que se afirmou como líder nacional quase incontestado na sigla. O partido comandou este ministério ao longo de todo o governo Lula: Amaral (2003-05), Eduardo Campos (2005) e Sérgio Resende (2006-10). Além disso, manteve média acima de 90% a favor do governo Lula nas votações congressuais<sup>6</sup>.

Na eleição presidencial de 2006, por conta da verticalização das alianças, imposta pelo TSE, o partido não esteve oficialmente na chapa que reelegeu Lula, mas seus militantes e políticos apoiaram o petista. Em 2010, porém, o PSB compôs a chapa vitoriosa de Dilma Rousseff. A proximidade ao PT resultou em constante crescimento eleitoral do partido. Saiu de 22 deputados federais eleitos em 2002, para 27 em 2006 e 34 em 2010, consolidando-se como a sexta maior bancada na Casa. O partido elegeu 4 senadores nesta última eleição<sup>7</sup>.

O crescimento mais expressivo da sigla, entretanto, foi no comando de governos estaduais. Em 2006, o PSB elegeu 3 governadores, número dobrado na eleição de 2010, a maioria no nordeste do país<sup>8</sup>. O *Estadão* reportou que este crescimento o cacifou para exigir de Dilma um ministério a mais para o

<sup>6</sup> Os dados estão disponíveis no “Basômetro” do *Estadão*. No link: <https://arte.estadao.com.br/politica/basometro/partido.php>

<sup>7</sup> Jornal *OESP* de 01/11/2010, p. H16.

<sup>8</sup> Reeleito Eduardo Campos (PE); reeleito Cid Gomes (CE); Wilson Martins (PI); Ricardo Coutinho (PB); Camilo Capiberibe (AP) e Renato Casagrande (ES).

partido, na expectativa de comandar os ministérios das Cidades e da Integração Nacional por conta de seus “polpudos orçamentos” e que permitiriam maior contato com os Estados, municípios e visibilidade nacional à sigla. O objetivo era evidente: “preparar para alçar voos mais ousados em 2014, como uma disputa presidencial”, segundo o jornal. Seu presidente Eduardo Campos já era o nome especulado. Por fim, Campos indicou um homem de sua confiança, Fernando Bezerra Coelho para o importante ministério da Integração Nacional e o governador Cid Gomes emplacou seu apadrinhado Leônidas Cristino para a secretaria dos Portos<sup>9</sup>.

O governador Eduardo Campos foi reeleito em primeiro turno no Pernambuco com expressivos 82,84% dos votos contra o tradicional Jarbas Vasconcellos (PMDB)<sup>10</sup>. Campos contou com apoio do PT enquanto o peemedebista recebia apoio do PSDB e DEM. Em fevereiro de 2011, o articulista Gaudêncio Torquato, conhecedor dos bastidores da política nacional dos últimos anos, comentou no *Estadão* as primeiras movimentações de Campos e a chamou de “a revolução (?) da geração pós-64”. Segundo ele, o jovem político, então com 46 anos de idade, possuía as pretensões e condições para liderar uma “revolução geracional” na política brasileira, reunindo em uma mesma frente políticos de vários matizes ideológicos, como Ciro Gomes, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Gilberto

Kassab e Paulo Bornhausen, todos eles “identificados com o espírito do tempo”. Para isso, o desafio de Campos era se aproximar da classe média, conquistar apoios no Sudeste e defender uma agenda de reformas. O PSB, já pouco socialista, seria o vetor deste “projeto de longo alcance” de Campos<sup>11</sup>.

De fato, Campos começou a se movimentar nos bastidores na política em busca de novas lideranças para o PSB. De início, flertou com Gilberto Kassab que criaria um novo partido para depois fundi-lo ao PSB e driblar a fidelidade partidária, o que não se concretizou. Esta aproximação causou reações. A correligionária Luiza Erundina criticou. O PMDB se movimentou e tirou do PSB dois promissores nomes em São Paulo: o deputado federal Gabriel Chalita e o industrial Paulo Skaf<sup>12</sup>.

Preocupado, o PT acenou para o PSB. Primeiro especulou entregar ao partido a chefia da secretaria da Micro e Pequena Empresa a ser criada. Depois garantiu votos na Câmara que elegeram a deputada Ana Arraes, mãe de Eduardo Campos, para uma vaga como ministra do Tribunal de Contas da União, em detrimento de outro aliado histórico do petismo, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB). Segundo o *OESP*, Lula agiu para “amarrar” Campos ao PT”. Entretanto, no ministério da Ciência e Tecnologia, perdido pelo partido, havia divergências públicas sobre os rumos imprimidos pelo ministro Aloísio

<sup>9</sup> Jornal *OESP* de 03/11/2010, p. A6 e 01/01/2011, p. H13.

<sup>10</sup> Jarbas Vasconcellos foi deputado estadual (1971-75); deputado federal (1975-79, 1983-85 e 2015-19); senador (2007-15 e desde 2019); prefeito do Recife (1986-88 e 1993-96) e governador de Pernambuco (1999-2002 e 2003-06). Sempre pelo hoje MDB, salvo um interregno no PSB entre 1985-86.

<sup>11</sup> Jornal *OESP* de 20/02/2011, p. A2.

<sup>12</sup> Jornal *OESP* de 26/02/2011, p. A9, 15/03/2011, p. A4, 23/04/2011, p. A4 e 12/05/2011, p. A4.

Mercadante (PT) a programas e projetos anteriormente tocados pelo PSB<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo, a oposição cortejava Campos e o PSB. Geraldo Alckmin (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD) foram ao Congresso Estadual do partido em São Paulo e rasgaram elogios à sigla e ao seu presidente nacional. O já presidenciável Aécio Neves (PSDB) reconheceu que Campos e o PSB tinham uma longa e importante história ligada ao petismo, mas enfatizou que os dois partidos tinham parcerias importantes em alguns estados e destacou: “em 2013 ou 2014 as coisas podem ser diferentes”<sup>14</sup>.

De fato, as coisas já estavam sendo diferentes no final de 2011. No 12º Congresso Nacional do PSB, em dezembro, Campos foi recebido pela militância aos gritos de “Brasil, pra frente, Eduardo presidente”, o que, segundo a reportagem do *OESP*, mostrava o início de “uma ofensiva para se desvincular do PT nas eleições presidenciais de 2014 e até ter uma candidatura própria. Ou, se repetir a aliança, ter cacife suficiente para tomar o posto de vice”. Para tanto, o PSB se organizou para crescer ainda mais nas eleições municipais do ano seguinte, ampliando o leque de alianças à direita e à esquerda. Campos falou com o jornal: reconheceu que possuía grande dívida política com Lula e o PT; reforçou o compromisso programático do partido com o governo da presidenta Dilma; mas pontuou sua histórica amizade com Aécio Neves desde os anos 1980<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Jornal *OESP* de 02/04/2011, p. A9, 16/06/2011, p. A4 e 23/09/2011, p. A7.

<sup>14</sup> Jornal *OESP* de 09/03/2011, p. A6, 30/10/2011, p. A15 e 24/12/2011, p. A6.

<sup>15</sup> Jornal *OESP* de 03/12/2011, p. A6.

### O PSB se movimenta e cresce (2012)

No segundo semestre de 2011, uma série impressionante de denúncias de improbidade envolvendo ministros e ministérios, resultou na troca de seis ministros de Estado e em vários escalões menores do Executivo Federal<sup>16</sup>. Em janeiro de 2012, as denúncias na imprensa recaíram sobre o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, do PSB, e respingaram em Eduardo Campos.

A ONG Contas Abertas denunciou que o ministério destinou 90% da verba de combate a enchentes apenas para o estado de Pernambuco, domicílio eleitoral do ministro e governado pelo correligionário Eduardo Campos. Dias depois, outras denúncias de que Bezerra Coelho nomeou o irmão, um tio e outros correligionários locais para cargos do ministério. Grande parte das verbas foram destinadas ao município de Petrolina, onde o filho do ministro era pré-candidato a prefeito<sup>17</sup>. O *Estadão* também noticiou que Bezerra Coelho era o pré-candidato preferencial de Eduardo Campos para concorrer à prefeitura do Recife naquele ano<sup>18</sup>.

A presidenta Dilma cobrou o ministro. Ele negou favorecimento político e descartou sua pretensão eleitoral na capital pernambucana. Dilma colocou a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, para “monitorar distribuição de

<sup>16</sup> Ao todo, caíram os ministros: Antônio Palocci (PT); Alfredo Nascimento (PR); Wagner Rossi (PMDB), Pedro Novais (PMDB); Orlando Silva (PCdoB) e Carlos Lupi (PDT).

<sup>17</sup> De fato, Fernando Coelho Filho foi candidato a prefeito pelo PSB, recebeu 32,51% dos votos, mas acabou derrotado por Julio Lóssio (PMDB), reeleito.

<sup>18</sup> Jornal *OESP* de 03/01/2012, p. A4, 08/01/2012, p. A4, 10/01/2012, p. A4 e 05/02/2012, p. A11.

verbas antienchente” no ministério, o que desagradou a Campos e ao PSB, que temiam serem os próximos “faxinados” pela presidenta. O *OESP* publicou que os bastidores da política se agitaram, uma vez que o partido era o único da base a não ter sofrido baixas ministeriais desde o início do governo. Além disso, setores do PT já se mostravam insatisfeitos com as movimentações do aliado que se distanciava. Para não melindrar mais um partido da base, Dilma manteve o ministro no cargo<sup>19</sup>.

Ano de eleição municipal, PSDB e PT lançaram mão da mesma estratégia para se aproximar do PSB nacional: sacrificar candidatos próprios em alguns municípios de médio e grande porte, às vezes até capitais, para apoiarem o nome lançado pelo PSB. A busca pelo apoio do PSB na capital de São Paulo foi a mais significativa e noticiada pelo *Estadão*<sup>20</sup>. Após encontros com Lula e a presidenta Dilma, Campos desembarcou em São Paulo para convencer o diretório municipal de seu partido<sup>21</sup>.

Em São Paulo, a tendência do PSB estadual era apoiar o candidato do PSDB. O partido era presidido por Márcio França, secretário de Turismo do governador Geraldo Alckmin (PSDB) e municipalmente integrava a base do prefeito Gilberto Kassab (PSD). A escolha tucana por José Serra fez o presidenciável Eduardo Campos repensar seu cálculo político e pressionar o PSB paulistano para aderir à campanha do petista Fernando

Haddad<sup>22</sup>. Em troca, o PT prometia apoiar candidatos do PSB em algumas capitais e municípios de médio porte<sup>23</sup>.

No fim das negociações, o PT não entregou o prometido e alguns diretórios estaduais do PSB resistiram às pressões. Em Fortaleza, o governador Cid Gomes (PSB) ignorou o acordo e lançou um aliado contra o candidato apoiado da prefeita petista. Em Curitiba e em Belo Horizonte, o PSB era linha auxiliar do PSDB nos anos recentes e não formaram chapa com o PT. O caso mais emblemático foi em Recife, onde o Diretório Nacional do PT anulou a prévia partidária vencida pelo prefeito João da Costa que concorreria à reeleição. O governador Eduardo Campos preferia o petista Maurício Rands, seu secretário estadual. Para resolver o imbróglio, o PT nacional impôs candidato o senador Humberto Costa<sup>24</sup>, mas o governador Campos rompeu a aliança e lançou candidato próprio, atraindo o apoio do PCdoB, que indicou o vice na chapa encabeçada por Geraldo Júlio, então secretário de Planejamento e depois de Desenvolvimento Econômico do governo pernambucano<sup>25</sup>.

Em São Paulo, a ex-prefeita petista e então deputada federal Luiza Erundina

<sup>19</sup> Jornal *OESP* de 05/01/2012, p. A4, 09/01/2012, p. A4 e 05/02/2012, p. A11.

<sup>20</sup> Mais significativa pelo tamanho do eleitorado em disputa e mais noticiada por ser a cidade sede do jornal.

<sup>21</sup> Jornal *OESP* de 22/01/2012, p. A8, 26/01/2012, p. A6, 26/02/2012, p. A4 e 29/02/2012, p. A6.

<sup>22</sup> Jornal *OESP* de 05/03/2012, p. A4, 06/03/2012, p. A4 e 26/03/2012, p. A7.

<sup>23</sup> Jornal *OESP* de 28/03/2012, p. A4 e 07/05/2012, p. A6.

<sup>24</sup> Em Fortaleza foram adversários diretos e Roberto Bezerra (PSB) venceu Elmano Freitas (PT) no segundo turno; em Belo Horizonte outra disputa direta, Márcio Lacerda (PSB) e apoiado pelo PSDB venceu Patrus Ananias (PT) no segundo turno; em Curitiba o PT aderiu à candidatura vitoriosa de Gustavo Fruet (PDT) e não a de Luciano Bucci (PSB). No Recife, mais uma disputa direta e Geraldo Júlio (PSB) foi eleito no primeiro turno.

<sup>25</sup> Jornal *OESP* de 25/05/2012, p. A9, 31/05/2012, p. A11 e 13/06/2012, p. A10.

(PSB) foi anunciada como candidata a vice de Fernando Haddad (PT). Os dois estiveram juntos no lançamento da chapa, mas no mesmo dia o PT anunciou a adesão do PP de Paulo Maluf. Erundina se mostrou decepcionada, disse estar “desconfortável” com a presença do histórico adversário político no mesmo palanque<sup>26</sup>. Em 19 de junho, a foto de Lula, Haddad e Maluf selando o acordo foi estampada na capa de todos os jornais da capital e gerou grande crise na chapa. A consequência imediata foi a desistência de Luiza Erundina de concorrer a vice. O PSB ainda tentou movê-la, mas sem sucesso<sup>27</sup>.

Conforme levantamento de dados feito pelo *Estadão*, o PSB foi o partido que mais cresceu na quantidade de candidatos a prefeito na eleição de 2012. O partido disputou 1 em cada 5 municípios do Brasil, crescimento de 14% em relação a 2008. Saltou do oitavo para o sexto lugar neste ranking. A maioria dos seus candidatos se concentrou nas regiões nordeste e sudeste. Interessante que o PSB foi o partido que mais aderiu a candidatos do PT, em 413 municípios enquanto o PMDB apoiou petistas em 382 localidades<sup>28</sup>.

A estratégia pessebista deu resultado. Foi o partido que mais cresceu na conquista de prefeituras no país. Ao todo, elegeu 441 prefeitos, crescimento de 42% em relação a 2008, se afirmando como sexto partido do país neste ranking. O PSB se tornou o quarto maior partido em número de eleitores a

serem governados, um crescimento expressivo de 101% em relação à eleição municipal anterior. Mais que isso, o partido foi o que teve a maior taxa de prefeitos reeleitos: 71,8%<sup>29</sup>.

Esse crescimento eleitoral, somado aos atritos do PSB com o PT em algumas capitais, fez crescer entre os pessebistas a tese de afastamento do governo Dilma e lançamento de candidato próprio em 2014. O mês de setembro foi longo em estocadas públicas. O ex-presidente Lula cutucou em comício na capital mineira: “Aqueles que o PT ajudou a chegar ao poder não querem mais ficar com o PT. O PT não vai ficar chorando. É importante que eles saibam que não estariam no governo se não fôssemos nós”. O *Estadão* entrevistou Rui Falcão, presidente nacional do PT que admitiu já trabalhar com a hipótese de o aliado lançar candidato próprio em 2014<sup>30</sup>.

Eduardo Campos concedeu outra entrevista ao *OESP* na qual: minimizou os atritos municipais, reforçou seu compromisso com a reeleição da presidenta Dilma; reclamou que setores do PT atuariam para tumultuar a relação com o PSB e defendeu o direito de fazer seu partido crescer. O ex-presidente Lula juntou líderes de ambos os partidos em um almoço para “curar as feridas abertas”. Campos saiu afirmando que, naquele momento, não tinha desejo de ser candidato presidencial, enquanto petistas saíram se dizendo desconfiados<sup>31</sup>.

Fato é que, após a eleição municipal de 2012, Eduardo Campos e o PSB cresceram politicamente. Segundo o

<sup>26</sup> Jornal *OESP* de 16/06/2012, p. A4, 17/06/2012, p. A11 e 18/06/2012, p. A6.

<sup>27</sup> Jornal *OESP* de 19/06/2012, p. A1 e A4, 20/06/2012, p. A1 e A4, 21/06/2012, p. A6 e 29/06/2012, p. A12.

<sup>28</sup> Jornal *OESP* de 16/07/2012, p. A4.

<sup>29</sup> Jornal *OESP* de 29/10/2012, p. H12 e H13.

<sup>30</sup> Jornal *OESP* de 04/07/2012, p. A8, 01/09/2012, p. A8 e 03/09/2012, p. A9.

<sup>31</sup> Jornal *OESP* de 10/09/2012, p. A7 e 17/09/2012, p. A7.

*Estadão*, as vitórias pessebistas nas municipais “deram a Campos a possibilidade de transitar entre a base governista e a oposição”, uma vez que operava politicamente com o PSDB em Minas, Paraná e São Paulo, ao mesmo tempo que integrava a base governista de Dilma no plano federal. O jornal afirma que o plano de se lançar candidato presidencial “nem que seja para não vencer”, mas se tornar nacionalmente conhecido e se cacifar para 2018, estava na pauta de Campos e do PSB. Em mais uma entrevista, o governador repetiu a promessa de ajudar a presidenta Dilma nas votações no Congresso. Em dezembro o PSB do Distrito Federal rompeu com o governador Agnelo Queiroz (PT)<sup>32</sup>.

O crescimento e as movimentações do PSB também incomodaram o PMDB. O governador cearense Cid Gomes defendeu que, uma vez os peemedebistas comandando as duas Casas do Congresso, seria mais eficiente o partido abrir mão da vaga de vice e cedê-la a Eduardo Campos em 2014. Segundo Dora Kramer, os bastidores da política discutiam até mesmo uma chapa Lula-Campos para 2014<sup>33</sup>. Desde o início do governo, o partido do vice-presidente Michel Temer vivia em desavenças com a presidenta Dilma e a pressionava por mais ministérios e cargos de 2º escalão no governo.

Aos poucos, Eduardo Campos passou a ensaiar uma plataforma de governo. Aderiu à proposta de Aécio Neves por um novo pacto federativo e criticou a política de desoneração tributária do IPI promovida pela presidenta Dilma. O governador pernambucano também

reforçou laços com a elite empresarial e financeira do país. Manteve encontros com donos, presidentes ou CEOs do Grupo Gerda, Grupo Odebrecht, Fiat do Brasil e bancos Bradesco, Itaú, JP Morgan e BTG Pactual<sup>34</sup>. Era um novo e cacifado ator político nacional.

No final do ano, Campos deu mais uma longa entrevista ao *OESP*. Em tom de candidato, apresentou sua plataforma econômica: defendeu um “Estado necessário” e “que funcione”; acenou aos empresários ao criticar a “sensação de que existe controle excessivo do lucro” empresarial por parte do governo petista; prometeu investimentos em infraestrutura, mais Parcerias Público-Privadas e garantias de “regras para a iniciativa privada”; repreendeu a falta de diálogo do governo com o empresariado e parlamentares, o que causaria insegurança para investimentos no país; avaliou que o Ministério da Fazenda repetia fórmulas antigas para estimular o crescimento. Politicamente, Campos se colocou como um moderado, uma vez que era descendente de um avô usineiro e conservador e outro avô socialista, além de se dizer experiente por ter atuado tanto no Legislativo quanto no Executivo. Sobre 2014, disse que tudo dependeria do que ocorresse no ano de 2013<sup>35</sup>. A repercussão foi imediata. Enquanto petistas preferiram não polemizar, pessebistas e até integrantes do PDT comemoraram a “demonstração de maturidade do candidato”<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> Jornal *OESP* de 14/10/2012, p. A6, 30/10/2012, p. A10 e 11/12/2012, p. A10.

<sup>33</sup> Jornal *OESP* de 04/11/2012, p. A6, 09/11/2012, p. A8 e 10/12/2012, p. A9.

<sup>34</sup> Jornal *OESP* de 03/11/2012, p. A8, 25/11/2012, p. A8 e 01/12/2012, p. A14.

<sup>35</sup> Jornal *OESP* de 17/12/2012, p. D2.

<sup>36</sup> Jornal *OESP* de 18/12/2012, p. A16.

### O PSB na oposição e Eduardo Campos pré-candidato à presidência (2013)

Ao longo de 2013, o governador pernambucano Eduardo Campos cresceu ainda mais politicamente, se tornou importante ator político nacional e seus movimentos foram noticiados quase que diariamente no jornal *O Estado de S. Paulo*. Ao longo do primeiro semestre, houve críticas variadas ao governo, aproximação com diversos setores oposicionistas e empresariais, além de declarações públicas de líderes pessebistas defendendo as movimentações do partido e seu presidente. A nova conjuntura aberta pelas mobilizações de junho acelerou o desembarque do governo Dilma, a intervenção em diretórios estaduais rebeldes e a filiação da também pré-candidata Marina Silva. Na prática, Campos e o PSB atuaram o ano todo como se fossem oposição ao petismo.

A presidenta Dilma tentou se aproximar de Campos e houve duas reuniões nos primeiros dias de 2013. O PT escalou o ministro Gilberto Carvalho para prometer em público que o partido apoiaria Campos em 2018. O pessebista garantiu seu partido na base do governo ao logo de 2013, mas reafirmou que o PSB continuaria com seus planos de crescimento. O *Estadão* garantiu que Campos já era pressionado, por “empresários importantes” e políticos oposicionistas, para ser candidato presidencial pelo partido<sup>37</sup>.

Para a eleição da mesa diretora da Câmara dos Deputados, PT e PMDB tinham um acordo prévio para eleger um peemedebista. A bancada do PSB, por sua vez, aliou-se aos partidos de

oposição e lançou o deputado mineiro Júlio Delgado. O pessebista era próximo ao PSDB de seu estado e se disse candidato para se contrapor à hegemonia do PMDB que deixava “aquém os demais partidos que fazem parte da base”. Delgado não foi eleito, mas obteve expressivos 165 votos contra 271 do candidato apoiado pelo Planalto. Campos também criticou a concentração de poder do PMDB que passou a comandar as duas Casas do Congresso Nacional<sup>38</sup>.

Assim, o *Estadão* classificou o PSB como o “aliado que tira o sono do governo”. Lula passou a executar uma missão difícil: convencer Campos e o PSB que a promessa de o apoiar em 2018 era para valer. O problema é que o PMDB não gostava destas promessas e, mesmo no PSB, deputados como o gaúcho Beto Albuquerque insistiam com o rompimento e candidatura própria para 2014. Em fevereiro, o PT realizou grandioso evento para celebrar os 10 anos no poder e convidou todos os partidos da base aliada. Eduardo Campos não compareceu alegando problemas de agenda. O vice-presidente do partido, Roberto Amaral, esteve e se mostrou preocupado com as movimentações pessebistas que serviam para fortalecer a oposição e pareciam retirar o partido do campo da esquerda<sup>39</sup>.

Nos dias seguintes houve uma escalada de manifestações públicas de pessebistas em defesa da candidatura própria e afastamento da base dilmista. Ciro Gomes instigou o partido a entregar logo os cargos que ocupava no governo federal. Todos os governadores apoiavam o voo solo de Campos e

<sup>37</sup> Jornal *OESP* de 08/01/2013, p. A4 e 15/01/2013, p. A6.

<sup>38</sup> Jornal *OESP* de 15/01/2013, p. A6, 29/01/2013, p. A4 e 05/02/2013, p. A4.

<sup>39</sup> Jornal *OESP* de 03/02/2013, p. A8 e 21/02/2013, p. A6.

apenas os irmãos Ciro e Cid Gomes é que ponderavam que ele ainda era desconhecido do eleitorado nacional. Luiza Erundina se empolgou com a possibilidade de o PSB ser uma alternativa à polarização PT-PSDB. Em meados de março, Roberto Amaral finalmente admitiu que a sigla trabalhava com a hipótese de lançar Campos candidato em 2014<sup>40</sup>.

Paralelo a isso, Eduardo Campos seguia se movimentando politicamente. O pessebista se aproximou e manteve conversas reservadas com mais variados espectros políticos do país. O *Estadão* reportou diversos almoços e jantares de Campos pelo país afora. O deputado Paulinho Pereira da Silva (PDT) lhe prometeu o apoio da central Força Sindical. O presidente do PDT, Carlos Lupi, admitia ver Campos como uma alternativa para a esquerda. Houve encontros com José Serra, Gilberto Kassab, Marconi Perillo (PSDB) e até com o adversário Jarbas Vasconcellos (PMDB). O PPS também foi cortejado<sup>41</sup>.

As movimentações do PSB partiam de uma avaliação comum no meio político: as manifestações de junho de 2013 “deu uma desarrumada geral”, “zerou o jogo” e abriu “um novo cenário” a ser explorado pelos políticos de oposição, como admitiu o deputado líder do PSB na Câmara Beto Albuquerque. Campos se aproximou de Marina Silva e Aécio Neves, que se falavam por telefone todas as semanas no sentido de “unirem esforços contra um adversário comum, o PT”, conforme reportou o *Estadão*. A

aproximação foi elogiada pelo ex-presidente FHC. No PSDB, a entrada de Campos na disputa presidencial era vista como a garantia de segundo turno em 2014<sup>42</sup>.

O primeiro semestre também foi de variadas críticas de Campos à presidenta Dilma e às políticas de governo, em especial na área econômica. O pessebista reclamou de falta de espaço para debate interno no governo sobre as políticas públicas a serem adotadas. A grande queixa foi a MP do Portos que retirou dos estados o poder de licitar estes espaços. Campos bateu boca com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Dilma, em evento ao lado de Campos no interior de Pernambuco, discursou com indiretas ao aliado: “precisamos de parceiros, precisamos que esses parceiros sejam comprometidos”. Campos não gostou e rebateu no dia seguinte dizendo não ser “homem de receber recado”<sup>43</sup>.

Em todas as matérias deste período que reportaram os embates de Campos com o governo, o *Estadão* sempre enfatizou que ele já era pré-candidato presidencial, embora negasse isso em público. O PSB teve em abril direito a inserções de rádio e televisão. Nelas, Campos foi a estrela única e, nas palavras do jornal, comandou “um discurso crítico em relação ao governo” a quem acusou de se achar o “dono da verdade”. Com o mote de “é possível fazer mais”, ficou evidente que o partido buscou se colocar como independente

<sup>40</sup> Jornal *OESP* de 27/02/2013, p. A6, 01/03/2013, p. A6, 11/03/2013, p. A6, 14/03/2013, p. A4 e 12/05/2013, p. A9.

<sup>41</sup> Jornal *OESP* de 05/03/2013, p. A6, 22/03/2013, p. A4, 23/03/2013, p. A10, 12/04/2013, p. A6 e 22/07/2013, p. A6.

<sup>42</sup> Jornal *OESP* de 31/03/2013, p. A7, 20/06/2013, p. A4, 22/07/2013, p. A6 e 31/08/2013, p. A8.

<sup>43</sup> Jornal *OESP* de 19/03/2013, p. A4, 26/03/2013, p. A4 e 27/03/2013, p. A6.

em relação ao PT e acenar para os setores insatisfeitos com o petismo<sup>44</sup>.

Campos ampliou as suas críticas à política econômica. A articulista do jornal, Dora Kramer, classificou a relação PSB e PT como de “inimigos cordiais”. O pré-candidato criticou a política fiscal do governo, clamando pela manutenção do tripé macroeconômico, em especial o superávit primário das contas públicas. Relativizou a importância das desonerações fiscais para a manutenção dos empregos e crescimento econômico. Defendeu a primazia dos investimentos privados e, para isso, o governo deveria acelerar reformas nos marcos regulatórios, dando segurança para que o setor privado realizasse novos e maiores investimentos no país<sup>45</sup>.

Eduardo Campos investiu em aproximações com o setor empresarial. A Fundação João Mangabeira, ligada ao PSB, articulou uma série de encontros, debates, seminários, oficinas e palestras para o candidato, em especial nas regiões sul e sudeste. Em todos eles fazia críticas ao governo e apontava caminhos. Escreveu o *Estadão* que “o empresariado se mostra interessado em ouvir o governador”. Seu cartão de visitas na área econômica eram os bons números do estado de Pernambuco, onde o PIB cresceu em média 4,6% ao ano, maior que o PIB nacional. Interessante que o *Estadão* contradiz o governador, apontando que a maior parte deste crescimento aconteceu puxado pelo consumo, após investimentos feitos pelo governo federal em obras no estado: do PAC

foram R\$ 2,2 bilhões e da Petrobrás R\$ 24 bilhões<sup>46</sup>.

Em abril de 2013, o *OESP* marcou as posições ideológicas dos três principais pré-candidatos à presidência e ouviu o setor financeiro sobre eles. Dilma era heterodoxa e se alinhava aos economistas desenvolvimentistas ligados à UFRJ e Unicamp. Aécio e Campos procuravam se aproximar dos economistas liberais ligados à PUC-RJ, a FGV e *think tanks* neoliberais. É importante pontuar que, no primeiro semestre daquele ano, a presidenta Dilma sofria grande cerco rentista e banqueiro contrário às suas políticas de redução da Taxa Selic e de juros dos bancos públicos (SINGER, 2018). O *Estadão* ouviu anonimamente dez “influentes integrantes do mercado” e reportou: Dilma desperta restrições; Aécio é o preferido; Campos “é visto como uma incógnita, mas que suscita interesse”<sup>47</sup>.

Toda esta desenvoltura de Eduardo Campos e do PSB nas articulações pela sua candidatura, fez os partidos da base aliada cobrarem da presidenta Dilma os espaços então ocupados por pessebistas na máquina pública, tanto na direção dos ministérios quanto dos cargos de 2º e 3º escalões. De fato, Dilma demitiu pessebistas ligados ao programa nuclear brasileiro e ameaçava fazer o mesmo na Chesf e na Sudeco. Na prática, o PT já se mostrava preocupado com a entrada de Campos na disputa presidencial e montava palanques futuros sem a presença do PSB. Enquanto isso, Aécio Neves aproveitou as escaramuças públicas para dar “as boas-vindas ao companheiro Eduardo Campos no

<sup>44</sup> Jornal *OESP* de 11/04/2013, p. A4.

<sup>45</sup> Jornal *OESP* de 09/04/2013, p. A5, 14/04/2013, p. A6, 17/04/2013, p. B3.

<sup>46</sup> Jornal *OESP* de 17/03/2013, p. A6, 07/04/2013, p. A6 e 27/08/2013, p. A5.

<sup>47</sup> Jornal *OESP* de 07/04/2013, p. B4 e 22/04/2013, p. A4.

campo oposicionista. É uma demonstração clara da fragilização por que vem passando o governo”. Até mesmo o PMDB, em constantes rugas com a presidenta Dilma e o PT, ameaçou aderir ao projeto de Campos<sup>48</sup>.

Internamente, o PSB ainda tinha algumas resistências a serem vencidas. O presidente Eduardo Campos não hesitou em intervir em diretórios regionais do partido. Em Santa Catarina, filiou o jovem Paulo Bornhausen, cuja família era “ícone da direita e do neoliberalismo” no estado, conforme definição do *Estadão*. No Rio de Janeiro, destituiu o presidente estadual do partido para colocar em seu lugar o então deputado federal Romário Faria<sup>49</sup>. A maior dissidência interna estava no PSB do Ceará. O governador Cid Gomes chegou a declarar que Campos estava se tornando “linha auxiliar do PSDB” e que o ideal era o partido manter a posição de apoio a reeleição de Dilma. Ao fim, ambos entraram em acordo e o grupo de Gomes, incluindo seu irmão Ciro, deixou o PSB rumo ao recém criado PROS com cerca de outros 200 correligionários<sup>50</sup>.

Assim, no final de setembro, o PSB oficialmente entregou à Dilma os cargos que ocupava na máquina pública federal e desembarcou do governo petista. O ministério da Integração Nacional chegou a ser prometido para a bancada do PMDB no senado, mas passou a ser ocupado por Francisco Teixeira,

indicado por Cid Gomes (PROS). A secretaria dos Portos ficou interinamente com o funcionário de carreira, Antônio Pinheiro Silveira<sup>51</sup>.

Até então, o *Estadão* não havia dedicado nenhum editorial especificamente para comentar as movimentações de Eduardo Campos e o PSB. Apenas após o desembarque do governo é que o jornal avaliou “a cartada do candidato”. Por ser um jornal sempre comprometido com as candidaturas do PSDB (GUILHERME, 2018), pareceu lamentar a entrada de mais um forte concorrente na disputa presidencial. Classificou-a como a “ambição pessoal” que superou a “coerência” tanto de Campos como de seu partido, históricos aliados de Lula e do PT. Há ironias ao candidato que “pôs a falar a públicos seletos, notadamente de empresários”<sup>52</sup>.

Para fechar esta narrativa histórica, Campos e o PSB ainda promoveram um movimento inesperado e de grande repercussão no começo de outubro: a filiação da ex-ministra e pré-candidata Marina Silva. O anúncio surpreendeu o campo político. Marina havia trabalhado pela criação da REDE, mas não obteve aval do Tribunal Superior Eleitoral. Para não ficar fora da corrida eleitoral, aderiu à Campos e já era especulada como sua candidata a vice-presidente. De fato, a união de ambos alterou o quadro eleitoral e aumentou a preocupação no PT e no PSDB<sup>53</sup>.

<sup>48</sup> Jornal *OESP* de 10/03/2013, p. A4, 31/03/2013, p. A8, 27/04/2013, p. A4, 10/05/2013, p. A4, 29/05/2013, p. A6 e 01/06/2013, p. A4.

<sup>49</sup> Jornal *OESP* de 31/08/2013, p. A8, 27/09/2013, p. A6 e 28/09/2013, p. A6.

<sup>50</sup> Jornal *OESP* de 31/08/2013, p. A8, 25/09/2013, p. A10, 26/09/2013, p. A6 e 27/09/2013, p. A6.

<sup>51</sup> Jornal *OESP* de 18/09/2013, p. A9, 19/09/2013, p. A16 e 26/09/2013, p. A8.

<sup>52</sup> Jornal *OESP* de 20/09/2013, p. A3.

<sup>53</sup> Jornal *OESP* de 06/10/2013, p. A4 e A6, 07/10/2012, p. A4 e A5.

### Considerações finais

A contribuição deste artigo está no encadeamento cronológico do afastamento de Eduardo Campos e do PSB da esfera política do PT. A bibliografia política sobre o governo Dilma aponta que, independentemente da avaliação dos motivos, seu governo teve dificuldades maiores que os antecessores, para lidar com o campo político (NOBRE, 2013) (ABRANCHES, 2018) (SINGER, 2018). O que este artigo aponta, é que esta conjuntura abriu novas perspectivas para atores do campo político, que passaram a se movimentar e disputar entre si a consolidação de uma nova liderança.

No caso do PSB e de Eduardo Campos, é perceptível que os pessebistas avaliaram que a fragilidade política de Dilma, o desgaste da imagem de Lula e do PT após o midiático julgamento do mensalão e das manifestações de junho de 2013, abriram a possibilidade para disputar e ganhar a liderança do campo político contra o PSDB e o próprio PT. Para isso, foi necessário um movimento de gradual e contínuo, de afastamento da esfera política do petismo, ao mesmo tempo que o partido caminhou mais ao centro do espectro político e flertou com opções neoliberais no campo econômico.

De fato, Eduardo Campos e Marina Silva compuseram chapa em 2014 pelo PSB e havia muita expectativa no campo político. Porém, a tragédia aérea que vitimou Campos logo no começo da campanha eleitoral contribuiu para amplificar o vácuo de lideranças e mudar ainda mais os rumos da política brasileira e do PSB. A ex-ministra ambientalista assumiu a cabeça da chapa com o deputado ruralista Beto

Albuquerque na vice. No primeiro turno, chegou a ameaçar polarização com Dilma, mas acabou em terceiro lugar com 21,32% dos votos e apoiou o opositor Aécio Neves (PSDB) no 2º turno. O PSB elegeu 3 governadores e 34 deputados federais.

Conforme o basômetro do *Estadão*, enquanto no primeiro governo Dilma os parlamentares do PSB votaram com o governo em 79% das vezes, no segundo governo, iniciado em 2015, houve apenas 48% de votações com a petista. Na prática, o PSB era oposição e suas movimentações contribuíram para ampliar o conflituoso relacionamento da reeleita Dilma Rousseff com o campo político, resultando em sua deposição via *impeachment* em 2016. Aliás, na votação do *impeachment*, 90% de seus parlamentares pessebistas votaram a favor do impedimento da presidenta. Sob o governo de Michel Temer, o PSB foi 71% governista. Nas municipais de 2016, embora lançando mais candidatos, o PSB elegeu menos prefeitos (413 ao todo), o quinto neste ranking e passou a governar um eleitorado de 8% do país, ante 11% da eleição anterior. Em 2018, o partido não apoiou nenhum candidato presidencial, elegeu 3 governadores e 32 deputados federais. Estes resultados recentes, indicam que os movimentos promovidos pelo PSB dentro do campo político, entre 2011 e 2014, foram abalados pela morte de Eduardo Campos e, desde então, o partido está estagnado eleitoralmente e sem um grande líder no plano nacional.

**Referências**

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: Edufscar, 2017.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n°5, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Revista Dimensões** (UFES), 2018.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em 2020-06-27

Publicado em 2020-11-13